

Certificadoras brasileiras buscam espaço em mercado dominado por estrangeiras

— Segundo especialistas, metodologia pensada para solos e biomas tropicais é trunfo de nacionais, mas desafio é construir reputação de dados entre clientes no exterior

LUIS FILIPE SANTOS

Com o desenvolvimento do mercado de créditos de carbono, empresas nacionais tentam conquistar seu espaço na certificação da origem e da qualidade do produto, em um cenário ainda dominado por grandes companhias estrangeiras. Segundo relatório de 2022 da Câmara de Comércio Internacional (CCI, na sigla em inglês) e da consultoria WayCarbon, projetos no Brasil geraram cerca de 45,28 milhões de toneladas de carbono em créditos no

ano de 2021, das quais 97,2% foram certificadas de acordo com o padrão VCS - utilizado pelas maiores empresas estrangeiras. Segundo especialistas, enquanto gigantes como Verra, Gold Standard e Indigo já têm suas metodologias conhecidas e cientificamente validadas, as brasileiras ainda têm de provar para o mercado que as fórmulas que usam para calcular o carbono são adequadas.

O mercado de créditos de carbono se baseia na premissa de que, ao diminuir as emissões de gases de efeito estufa em determinado período - ou compensá-

las por meio de outras formas, como a regeneração de matas -, uma empresa pode vender esses créditos para outras que emitiram mais do que poderiam. Da

Balanco
De 45,2 mi de toneladas em créditos gerados em 2021, 97,2% foram verificadas por grupos estrangeiros

mesma forma, uma empresa pode comprar créditos como parte de um programa ESG. Assim, se criam incentivos para a redução

das emissões e para a preservação de florestas e outros biomas.

Por isso, garantir a procedência e a qualidade dos créditos gerados é fundamental: a certificadora deve não só afirmar que eles de fato foram gerados, como também assegurar que tudo foi feito de acordo com padrões rígidos e que a cultura das comunidades envolvidas foi preservada.

"Precisa ter competência comprovada. Para conseguir clientes, passa por networking, conseguir acesso por meio de alguma pessoa, para que as partes possam sentar à mesa e pos-

samos apresentar o trabalho", explica Francisco Higuchi, CEO da Tero Carbon, uma das certificadoras brasileiras.

Já Antonio Manoel dos Santos Oliveira, diretor-presidente da Caaobi, defende que a concorrência não precisa ser excludente. "Podemos complementar o espectro de ações, já que as metodologias são necessariamente diferentes. As florestas aqui são outras, solos são outros, não temos neve." Ambas as empresas afirmam estar atentas para questões em todos os biomas brasileiros, mas a Tero tem foco na Amazônia. ●

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1